

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	15	903.213	796.858
Custos dos serviços prestados	16	(318.555)	(307.270)
Lucro bruto		584.658	489.588
Despesas administrativas e gerais	16	(87.202)	(74.673)
Outras receitas operacionais		1.264	209
Outras despesas operacionais		(1.345)	(31)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		497.375	415.093
Receitas financeiras	17	78.621	44.474
Despesas financeiras	17	(150.560)	(118.120)
Resultado financeiro		(71.939)	(73.646)
Resultado antes dos tributos		425.436	341.447
Imposto de renda e contribuição social	18	(139.195)	(114.309)
Lucro líquido do exercício		286.241	227.138
Lucro por ação			
Lucro por ação - Básico (em R\$)	21	0,86	1,09
Lucro por ação - Diluído (em R\$)	21	0,86	1,09
Quantidade média de ações		331.012.035	209.094.116

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2022	2021
Lucro líquido do exercício		286.241	227.138
Outros resultados abrangentes:			
Valor justo de derivativos	19	(1.833)	(516)
IR/CS sobre valor justo de derivativos	19	623	176
Resultado abrangente total		285.031	226.798

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		425.436	341.447
Ajustes para:			
Amortização e depreciação	16	53.924	50.206
(Reversões) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13 e 16	(1.747)	1.620
Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa	6 e 16	4.356	489
Baixa de títulos do contas a receber	6 e 16	13.740	13.713
Resultado na baixa de intangível	9	290	41
Resultado na baixa de imobilizado		231	-
Rendimentos de aplicações financeiras	17	(61.378)	(21.486)
Perdas (Ganhos) líquidas com instrumentos financeiros derivativos	17 e 19	2.532	(1.865)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	11 e 17	116.188	88.361
Amortização do custo de captação	11	3.390	4.966
Variação cambial líquida	11 e 17	(1.504)	1.744
Ajuste a valor presente de clientes	6 e 17	3.756	(4.690)
Atualização monetária das demandas judiciais	13	(223)	223
Provisão para bônus diretoria	7	688	-
		559.679	474.769
Variações nos ativos e passivos (Aumento) / Diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		(59.711)	(48.029)
Estoque		(1.065)	(3.335)
Depósitos judiciais		(151)	(190)
Tributos a recuperar		(220)	700
Outros créditos		(286)	2.168
Aumento / (Diminuição) dos passivos			
Fornecedores e empreiteiros		2.138	(4.314)
Obrigações trabalhistas e sociais		1.444	3.058
Obrigações fiscais		652	1.712
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	13	(3.011)	(2.321)
Outras contas a pagar		(2.892)	(1.647)
Juros pagos	11	(99.789)	(56.082)
Imposto de renda e contribuição social pagos	18 a	(125.048)	(77.107)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		271.740	289.382
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas		37.962	86.113
Juros recebidos		46.907	8.978
Aquisição de ativo imobilizado		(904)	(173)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	8	(146.892)	(149.939)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		(62.927)	(55.021)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Empréstimos e debêntures pagas	11	(64.405)	(311.192)
Recursos provenientes de aporte de capital	14 a.	-	219.212
Custo de emissão de novas ações	14 a.	-	(26.293)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		405	1.486
Dividendos pagos	14 d.	(144.884)	(117.725)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(208.884)	(234.512)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(71)	(151)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	2.547	2.698
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	2.476	2.547
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		(71)	(151)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	2022	2021
Receitas	975.770	861.763
Serviços	817.826	704.697
Receita de construção	161.036	157.346
Outras receitas	1.264	209
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	(4.356)	(489)
Insumos adquiridos de terceiros	(333.400)	(315.660)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo de construção	(161.036)	(157.346)
Custos dos serviços prestados	(87.110)	(80.828)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(85.254)	(77.486)
Valor adicionado bruto	642.370	546.103
Amortização e depreciação	(53.924)	(50.206)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	588.446	495.897
Valor adicionado recebido em transferência	78.621	44.474
Receitas financeiras	78.621	44.474
Valor adicionado total a distribuir	667.067	540.371
Distribuição do valor adicionado	667.067	540.371
Pessoal	29.144	27.903
Remuneração direta	20.030	19.520
Benefícios	7.585	7.042
F.G.T.S.	1.529	1.341
Impostos, taxas e contribuições	219.560	180.135
Impostos federais	219.132	179.773
Impostos estaduais	147	121
Impostos municipais	281	241
Remuneração de capitais de terceiros	132.172	105.195
Juros	128.562	101.237
Aluguéis	3.560	3.958
Remuneração de capitais próprios	786.241	727.138
Dividendos e juros sobre capital próprio	40.047	53.945
Lucros acumulados	246.194	173.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

Nota	Capital social	Custos de captação	Dividendo adicional proposto	Reserva de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Legal	Retenção de lucros			
	124.427	-	72.431	7.050	8.132	1.275	-	213.315
Saldos em 1º de janeiro de 2021								
Aumento de capital social	219.212	-	-	-	-	-	-	219.212
Custo de emissão de novas ações	14 a.	-	(17.356)	-	-	-	-	(17.356)
Valor justo de derivativos	-	-	-	-	-	(340)	-	(340)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	227.138	227.138
Destinação:								
Reserva legal	14 c.	-	-	11.357	-	-	(11.357)	-
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio	14 d.	-	-	-	-	-	(53.945)	(53.945)
Dividendos intermediários e intercalares	14 d.	-	-	(72.431)	-	-	-	(72.431)
Lucros retidos	14 e.	-	-	-	161.836	-	(161.836)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021								
	343.639	(17.356)	-	18.407	169.968	935	-	515.593
Valor justo de derivativos	19	-	-	-	-	(1.210)	-	(1.210)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	286.241	286.241
Destinação:								
Reserva legal	14 c.	-	-	14.312	-	-	(14.312)	-
Dividendos intermediários	14 d.	-	-	-	(90.939)	-	-	(90.939)
Dividendos adicionais propostos	14 d.	-	-	40.047	-	-	(40.047)	-
Lucros retidos	14 e.	-	-	-	231.882	-	(231.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022								
	343.639	(17.356)	40.047	32.719	310.911	(275)	-	709.685

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Águas Guariroba S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), desde 06 de agosto de 2014, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Campo Grande - MS. A Companhia foi constituída em 29 de setembro de 2000, iniciando efetivamente suas operações em 18 de outubro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão nº 104 com a Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS.

O objeto do referido contrato consiste na exploração dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário outorgados em toda a área territorial do Município de Campo Grande - MS, sob o regime de concessão e em caráter de exclusividade, pelo prazo inicial de 30 anos.

Segmento Operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

Em abril de 2012, foram celebrados entre a Companhia e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, o 3º e o 4º termos aditivos ao Contrato de Concessão nº 104, que determina a extensão do prazo de concessão para exploração e prestação de serviços até 23 de agosto de 2060 ("prazo da concessão"), como consequência de reequilíbrios econômicos e financeiros, decorrentes da execução de serviços adicionais ao escopo inicial e em função à incorporação da universalização da coleta e tratamento de esgoto não prevista no contrato original.

Na sequência, a partir de 2014, a Companhia recebeu, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, a determinação para que a Concessionária direcionasse os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Grande, o que impactou o cronograma de universalização dos serviços de coleta de esgoto. Em razão disso, por meio de ato do Município de Campo Grande, as metas de expansão do serviço público de esgoto previstas no 4º Termo aditivo ao Contrato de Concessão foram suspensas, para que as obras fossem direcionadas aos locais contemplados pelo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC). A Companhia recebeu, em 16 de outubro de 2017, da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande (AGEREG), Ofício, determinando a suspensão dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, em cumprimento à decisão liminar nº 122/2017, proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, no âmbito do processo administrativo TC/115374/2012.

A Companhia, em defesa dos seus interesses e para a manutenção dos efeitos do 3º e do 4º termos aditivos, interps recurso de agravo de instrumento no Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, em desfavor à Decisão Liminar nº 122/2017, que determinou a suspensão cautelar do 3º e do 4º termo aditivo. No julgamento do mencionado recurso, ocorrido no dia 11 de abril de 2018, o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, por maioria de votos, decidiu dar provimento parcial ao recurso de agravo de instrumento, determinando a retratada do 4º termo aditivo da decisão liminar nº 122/2017, mantendo, porém, a suspensão do 3º termo aditivo. Em resposta, a Companhia opôs embargos de declaração alegando omissão no acórdão exarado, sendo que esta medida foi rejeitada em 06 de junho de 2018. Atualmente, o processo administrativo está em fase de alegações finais para que seja julgado o mérito. A sua probabilidade de perda é remota.

A Companhia e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, com a intervenção da Agência de Regulação, firmaram em 19 de dezembro de 2018 o 7º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 104/2000, que reforçou a previsão de que a Concessionária deverá direcionar os investimentos em expansão do sistema de esgotamento sanitário para os locais onde o Poder Concedente for executar obras de pavimentação asfáltica no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e, em razão disso, as partes estabeleceram, que deverá ser realizado o reordenamento do cronograma e metas de universalização do sistema de esgotamento sanitário e demais medidas necessárias para o equilíbrio econômico do contrato, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 11.445/2007 e pela Portaria Interministerial nº 571/2013, que instituiu o Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab. A Concessionária apresentou a proposta de reordenamento do cronograma de metas, que aguarda aprovação em dezembro de 2022, a Concessionária e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Campo Grande - AGEREG, celebraram o Memorando de Entendimentos, documento que precede a formalização de termo aditivo contratual, o qual tem por objeto viabilizar a repactuação das metas contratuais de universalização do serviço de esgotamento sanitário.

2. Base de preparação

A) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

B) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

C) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens:

- Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6);
- Definição de vida útil do ativo imobilizado;
- Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa nº 9);
- Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa nº 13);
- Reconhecimento de receita (nota explicativa nº 17); e
- Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa nº 18).

D) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A) Receita de contrato com cliente

A Companhia reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita da Companhia estão descritas a seguir:

(I) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo completo de operação do sistema sanitário, captação, adução, tratamento e distribuição de água e coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(II) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviços de ligação de esgoto, instalações de hidrômetros e ligação e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e a receita reconhecida neste momento.

(III) Receitas de construção ativo intangível

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é próxima a zero.

B) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(I) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros

são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

(II) Mensuração subsequente

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

- Passivos financeiros ao custo amortizado
- Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

(III) Desreconhecimento

Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
 - A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.
- Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo.</